

FERNANDO BELO \*

### SEMIÓTICA E CIÊNCIAS SOCIAIS

1. Qualquer ciência social ou humana passa, em certos momentos do seu processar-se, pela análise de textos ou discursos, e cada vez se está mais consciente de que os hábitos correntes de leitura e mesmo as análises de conteúdo, com um campo de validade restrito, não são suficientes quando se trata de uma análise ou leitura mais minuciosa dum texto que ponha problemas de interpretação minimamente complexos. O recurso a métodos semióticos tornou-se assim um imperativo em cada vez mais investigações em ciências sociais (<sup>1</sup>). Mas será necessário que o método semiótico empregado se preste ao tratamento sociológico ou outro posterior.

O investigador fica colocado diante de duas exigências para as quais não parece que se disponha hoje de resposta satisfatória: por um lado, há semióticas particulares (a análise estrutural da narrativa, algumas tipologias do discurso político) que não são generalizáveis a qualquer tipo de texto, ou seja, não há ainda *uma* semiótica geral ou algumas cobrindo o campo de textos possíveis; por outro lado, também não parece haver uma sociologia do discurso ou da linguagem susceptível de tratar, com o rigor epistemológico necessário, os 'resultados' duma semiótica. O beco sem saída situa-se, assim,

---

\* Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa.

(<sup>1</sup>) Este pequeno ensaio tenta retomar o capítulo segundo do meu caderno *Notas para o Conceito de Ideologia: Teoria e Prática*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, p. 19-30, procurando formular o seu conteúdo com mais clareza e fundamentação, embora não retomando todas as observações e exemplificações que aí se faziam. Espero brevemente publicar um livro intitulado *Linguagem e Filosofia* que tratará com mais cuidado muitas questões teóricas sobre a linguagem que adiante se utilizarão sem desenvolvimento possível, dados os limites de um artigo de revista.

dos dois lados e é epistemológico antes de ser metodológico, segundo creio: os campos semiótico e sociológico não estão articulados entre eles.

A exigência diante da qual nos encontramos poderia ser formulada assim: seria necessário poder dispor duma metodologia suficientemente geral para ser susceptível de ser utilizada para qualquer tipo de texto ou discurso e qualquer estrutura social correspondente e suficientemente precisa para poder dar conta duma ocorrência bem determinada; ou seja, rigor epistemológico e maleabilidade metodológica em simultâneo.

Questão enorme, que, se pudesse ser 'resolvida', garantiria estatuto definitivamente científico às sociologias e às histórias, questão que, de não poder ter 'solução', por via de a linguagem sempre fugir, marcará para sempre, quiçá, tais ciências duma espécie de ambiguidade constitutiva e boa. Questão, portanto, que se prestará apenas a tentativas sempre parcelares e frágeis, como a que aqui proponho, a partir da leitura que do Evangelho de Marcos uma vez fiz <sup>(2)</sup>, inspirado na semiótica textual de R. Barthes <sup>(3)</sup>.

2. Para que seja suficientemente geral, tal metodologia deve ser económica, isto é, deve investir o mínimo possível de conceitos teóricos, quer do lado semiótico, quer do lado sociológico, o que não será possível senão a partir duma exigência epistemológica grande, que me parece ser o que Barthes preserva quando abandona a análise estrutural da narrativa. Greimas, por exemplo, estrutura de mais: num primeiro tempo, não se interessa senão por narrativas, parte de narrativas muito enclausuradas — os contos populares — e tem dificuldade em analisar narrativas mais plurais <sup>(4)</sup>, na terminologia de Barthes; além disso, essa teorização valoriza uma lógica paradigmática (paramétrica, no sentido que adiante direi) em detrimento da lógica narrativa ('percurso narrativo' nele, códigos sequenciais mais adiante), não permitindo assim a correlação

<sup>(2)</sup> F. Belo, *Lecture matérialiste de l'évangile de Marc, récit, pratique, idéologie*, Paris, Cerf, 1974 (com tradução espanhola em 1975, alemã em 1980, americana em 1981).

<sup>(3)</sup> R. Barthes, *S/Z, essai*, Paris, Seuil, 1970.

<sup>(4)</sup> Ele próprio o confessa no seu posfácio a *Groupe d'Entrevues*, *Signes et paraboles*, Paris, Seuil, 1977, em que opõe narrativas conservadoras e narrativas inovadoras e reconhece que a leitura dos textos evangélicos põe problemas novos e pede revisões metodológicas importantes.

entre narrativa e prática que, nesta proposta, será um elemento decisivo da articulação entre semiótica e sociologia.

Serão, portanto, razões de economia de investigação que me levam a não utilizar senão alguns conceitos semiótico-linguísticos (os três tipos linguísticos-textuais e suas marcas) e os conceitos barthesianos de conotação e código<sup>(5)</sup>, o de sequência, etc., deixando uma parte da análise semiótica ao faro do analista, à sua astúcia, à sua experiência lentamente adquirida. Razões da mesma ordem me levarão a reter a concepção freudiana do discurso como dupla cena (manifesta e latente) e da sua leitura sintomática; esta concepção permitirá, em seguida, articular a leitura produzida com a teoria sociológica da circulação social desenvolvida por Goux<sup>(6)</sup>, que postula um processo excessivo e a sua regulação por um aparelho ou instituição com equivalente geral (justamente, a linguagem dá-se como um processo excessivo nele mesmo de produção do sentido — é o que se chama polissemia — que é regulado por códigos determinados), e permitirá articulá-la também com a distinção entre modo de produção e modo de reprodução de J. Kristeva<sup>(7)</sup>.

3. O conceito geral de *código* que aqui será utilizado depende do de conotação, o qual não é senão a versão semiótica, por assim dizer, do conceito saussuriano de diferença ou valor linguístico<sup>(8)</sup>. É onde reside a *operação elementar* de toda esta metodologia e a *mise en question* dos nossos hábitos de leitura corrente que ela supõe. Quando nós lemos, sendo 'competentes' na língua do texto lido, cremos sempre saber o sentido de cada palavra, de cada enunciado (ou procuramo-lo num dicionário), deixando-nos guiar pela denotação das palavras, quer pelo seu referente, quer pela 'ideia' a que elas reenviam na nossa cabeça, o significado delas, no sentido de Saussure. Tal maneira habituada de ler não tem muitos inconvenientes quando se trata de palavras pouco polissêmicas, semanticamente pobres e, de qualquer maneira, é condição de qualquer leitura e mesmo do falar, muito simplesmente, o que significa que não poderíamos prescindir de um tal hábito sem

(5) Ver as primeiras páginas do texto citado em (3).

(6) J. J. Goux, «Numismatiques», in *Marx, Freud: Economie et symbolique*, Paris, Seuil, 1975.

(7) J. Kristeva, «Pratique signifiante et mode de production», in *La traversée des signes*, Paris, Seuil, 1975.

(8) F. de Saussure, *Cours de Linguistique générale*, 1916, edição crítica e anotada por T. de Mauro, Paris, Payot, 1972, trad. port. na D. Quixote.

desaparecermos como agentes de linguagem. Mas há que desconfiar desta habituação, como quando se tenta perceber qual o sentido que tal autor dá a tal termo decisivo do seu texto, desconfiança necessária para termos do género 'deus, liberdade, alma, homem, verdade, socialismo', etc., etc. Digamos que, por princípio, deveríamos pôr-nos na situação de nos dizermos que não conhecemos *a priori* o sentido de qualquer elemento significante no texto a analisar a não ser na medida em que se possa relacioná-lo com outros elementos significantes do texto que sejam seus vizinhos semânticos (próximos, opostos, etc.): é a essa relação dentro do texto que Barthes chama conotação. Deve ser possível assim, para o texto dado, construir o paradigma correspondente a esse elemento significante, o qual permitirá conhecer o seu sentido: é esse paradigma que é o *código paramétrico* (no sentido matemático, que implica que tais códigos ou paradigmas são constantes ao longo de todo o texto), de que um dado texto contém um certo número (em geral inferior a uma dezena) de mais significativos, que haverá que construir. Além desses códigos, haverá um outro (ou dois ou três) que se joga segundo a ordem de sucessão do texto (segundo a lei da linearidade do significante de Saussure), sintagmático, isto é, em que a posição que cada elemento significante do código ocupa na sucessão textual será determinante para o conhecimento do seu sentido: serão os *códigos sequenciais* <sup>(9)</sup>. A pertença de um mesmo elemento significante a vários códigos explica o fenómeno da polissemia ou pluralidade do texto.

4. Com Benveniste, distinguir-se-ão três tipos linguístico-textuais que podem ser caracterizados como se segue.

A *narrativa* ('história', em Benveniste) caracteriza-se pela ausência de qualquer marca de enunciação, nomeadamente os pronomes pessoais (eu, tu, nós, vós), o 'aqui' e o 'agora' (com os seus correlativos 'hoje', 'ontem', etc.), os pronomes demonstrativos, etc. <sup>(10)</sup>, e pelo sistema temporal dos verbos em torno do pretérito perfeito (aoristo), com exclusão do presente do indicativo e dos outros modos (conjuntivo, imperativo) <sup>(11)</sup>. Trata-se de 'acontecimentos' que se passaram uma só vez ('prá-

<sup>(9)</sup> Cf. de Barthes, além do texto citado em (3), «Introduction à l'analyse structurale des récits», in *Communications*, n.º 8, Seuil, 1966 e texto cit. em (2), p. 133 ss.

<sup>(10)</sup> E. Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, I, Paris, Gallimard, 1966, p. 251 ss. (trad. portuguesa na ed. Arcádia).

<sup>(11)</sup> *Ibidem*, p. 257 ss.



ticas') e são predicados por verbos narrativos (os 'verbos de acção' das gramáticas tradicionais).

O *gnoseológico*, que é o tipo do texto científico ou de ensaio, paradoxalmente não é retido por Benveniste, sendo no entanto o tipo do seu próprio texto e não sendo redutível nem à narrativa nem ao discurso. Ele fala dele, apesar de tudo e como *malgré lui* <sup>(12)</sup>, na medida em que distingue a cópula 'é/são' do verbo 'ser': este predica a existência, lexicalmente, enquanto a cópula, à maneira da frase nominal, não é senão uma marca gramatical de identidade. Com efeito, a cópula não tem nenhuma das características dos verbos, nem pessoa, nem tempo, nem modo, nem voz: joga assim, como a frase nominal, com uma espécie de autoridade intemporal, a-espacial e sem enunciador, que presta o tipo gnoseológico à argumentação e à prova. Este será então caracterizado pela ausência de instância de enunciação (como as narrativas) e de verbos, no sentido dito acima (as formas aparentemente verbais que se podem aí encontrar, na terceira pessoa do singular ou plural do presente do indicativo, terão sido 'copulizadas' pelo 'é/são', não são verdadeiros verbos); a sua predicação é estritamente intralinguística, como as definições, exemplo por excelência do gnoseológico.

O *discurso* enfim, o menos caracterizado dos três porque o mais livre gramaticalmente, é o que não é nenhum dos outros: articulado pelas marcas de enunciação, os seus verbos jogam-se em torno do presente, com exclusão do aoristo e da cópula. É talvez por esta largueza de características que os discursos são o tipo de textos de mais difícil análise.

Se lhes chamei tipos linguístico-textuais, foi na medida em que, caracterizados por marcas linguísticas bem precisas, eles formam a ossatura de qualquer texto, na base portanto de qualquer semiótica, de qualquer análise de textos. É fácil verificar que os três grandes tipos de textos da tradição ocidental se repartem entre narrativas (mitos, epopeias, tragédias, romances, histórias, etc.), discursos (diálogos, cartas, confissões, poesia, etc.) e o tipo gnoseológico (filosofia, lógica, ciências); mas é óbvio que uma tal repartição se faz segundo dominâncias e que se encontram sempre formas dos outros tipos em cada um destes textos, e mesmo formas ambivalentes (como as narrativas autobiográficas, por exemplo, ou os diálogos filosóficos). Haverá, assim, para cada texto a analisar, que delimitar os diversos tipos que se jogam nele e o dominante. Do

(12) *Ibidem*, p. 151 ss. e 187 ss.

ponto de vista da predicação do extralinguístico, a qual, segundo Benveniste (13), é feita pelo verbo (na sua função assertiva, que se acrescenta à de coesão do enunciado), os três tipos diferenciam-se assim: no narrativo, os verbos narrativos predicam 'práticas' em sentido lato, («os acontecimentos parecem contar-se a si mesmos», diz Benveniste (14)); no discursivo, são as marcas de enunciação que enquadram a predicação, ligando-se os verbos à 'pessoa' da enunciação e respectivo quadro espaço-temporal; no gnoseológico, a ausência de verbos rebate a predicação sobre os sintagmas nominais (que o tipo gnoseológico assim determina como 'abstractos', sendo os 'concretos' determinados pelos dois — deixando-se uma tal terminologia filosófica tradicional repertoriar assim em perspectiva linguístico-semiótica), ou seja, todo o gnoseológico é, por estrutura, metalinguagem, diz-se de elementos de linguagem, não do extralinguístico.

5. Tento mostrar noutro lado que o gnoseológico ocidental se reparte, num registo que já não é linguístico-semiótico, segundo três grandes classes: o que foi instituído plenamente por Aristóteles e a sua lógica e se caracteriza pelo peso semântico específico que os sintagmas nominais gnoseológicos guardam do narrativo e do discursivo (definindo o par substância/essência, sendo a lógica aristotélica uma como que biológica taxonómica de que o ser vivo é o paradigma decisivo: chamo-lhe *o lógico*; o que foi instituído por Galileu e Newton, ligado à medida (sempre diferencial), em que a significação (15) tende a anular-se e onde, no limite não haverá senão diferenças: corresponde ao que Heidegger chama *o matemático* (16); enfim, o que se pode chamar *o histórico*, em que o gnoseológico se articula explicitamente com o narrativo e o discursivo (o matemático não depende deles, o lógico esconde a sua articulação) e que será necessário caracterizar um pouco mais, na medida em que é a classe própria das ciências sociais.

De forma muito sucinta pode dizer-se que o lógico e o matemático fizeram da linguagem, histórica e estruturalmente, algo de secundário em relação ao par sujeito/objecto ou pensamento/real, ou porque a linguagem não se adequa ao conhecimento (*Crátilo* de Platão), ou porque ela não é senão um instrumento (um *organon*) a domesticar, como sucede com Aris-

(13) *Ibidem*, p. 154.

(14) *Ibidem*, p. 241.

(15) No sentido da economia do signo de Saussure.

(16) M. Heidegger, *Qu'est-ce qu'une chose?*, Paris, Gallimard, 1971.

tóteles. Donde, como consequência, a exclusão de tudo aquilo que modernamente se reconhece como dizendo respeito ao imaginário: a poesia e a metáfora, ou seja a polissemia, a contradição, o desejo, o tempo e a história, o social como irreduzibilidade. A dicotomia metafísica decisiva entre o inteligível e o sensível e as que dela decorrem (corpo/alma, espírito/matéria, ideia/real, sujeito/objecto, etc.), é substituída, em certos discursos do histórico pelo menos, pelo triângulo imaginário/simbólico/real<sup>(17)</sup>, com todos os deslocamentos problemáticos que tal implica, possibilitando assim, quer-me parecer, abordar a realidade humana-social em termos de alteridade<sup>(18)</sup>. O histórico cobre um certo número de discursos, irreduzíveis uns aos outros, mas abertos e inacabados, pedindo articulações complexas entre eles<sup>(19)</sup>; em dependência epistemológica mais ou menos explicitada deles, as ciências sociais, constituindo como seu objecto algo que releva do social e do histórico, são, não apenas textos históricos em si mesmos (como qualquer outro texto, mesmo os do lógico e do matemático), mas também textos de autores, isto é, determinados pelo seu campo de enunciação (social e histórica): se fazem escola, será com o nome do fundador em '— ismo'.

As ciências sociais poderão, assim, ser caracterizadas pela relação dominante que mantém epistemologicamente quer com o lógico (empirismos ou positivismos), quer com o matemático (formalismos, no sentido da lógica moderna, fonologia, linguística estrutural ou chomskyana, estruturalismo de Lévi-Strauss...), quer enfim com o histórico, de que creio que Marx (com a sua teoria da moeda e da mercadoria e o seu esboço de uma teoria da ideologia), Nietzsche (com a sua teoria da genealogia e da interpretação<sup>(20)</sup>) e Freud são os representantes mais importantes.

(17) A terminologia é de Lacan, *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, mas Goux, *op. cit.* em (6), mostra que ela também funciona na análise da moeda e da mercadoria dos primeiros capítulos de *O Capital*, de Marx.

(18) Cf. o espantoso texto de C. Castoriadis, *L'institution imaginaire de la société*, Paris, Seuil, 1975.

(19) Cf. C. Castoriadis, «Science moderne et interrogation philosophique», in *Encyclopaedia Universalis*, vol. 17, p. 43 ss., que advoga uma redefinição do campo das ciências sociais.

(20) Cf. o excelente livro de G. Deleuze, *Nietzsche et la philosophie*, Paris, P.U.F., 1963 e S. Kofman, *Nietzsche et la métaphore*, Paris, Payot, 1972.

6. Tomarei a metodologia de Freud <sup>(21)</sup> como modelo, com a sua dupla cena, manifesta e latente, e a leitura sintomática que dela decorre, como permitindo dar conta, em análise textual, da contradição, do desejo da metáfora e de metonímia (condensação e deslocamento, segundo Lacan <sup>(22)</sup>), do tempo como génese, da linguagem como polissémica: na importância deste tipo de questões em qualquer análise, eu diria estar o índice do seu carácter 'histórico'.

Mas trata-se dum empréstimo analógico: no que aqui vai importar, não se tratará de psicanálise nem de inconsciente no sentido estrito freudiano. Com efeito, a teoria terapêutica de Freud recorre às associações livres de ideias como única via de acesso ao inconsciente, o que não pode ser feito senão em presença e a partir do discurso do 'paciente', por ele próprio; enquanto aqui, jogando sobre conceitos de origem linguística (Benveniste) e semiótica (Barthes), permanecerá decisivo o critério de pertinência do sentido, isto é, aquele que religa diferenças linguísticas de significantes a diferenças de sentido, no respeito pelas regras fonéticas, morfológicas e sintáticas da língua em questão (é aliás a razão pela qual esta semiótica não pode dar conta do texto moderno, como o próprio Barthes confessa no início de *S/Z*). Ora, é justamente a suspensão deste critério de pertinência que é pedida pelo psicanalista ao seu paciente, como condição de qualquer associação livre de ideias reenviando ao inconsciente. Poder-se-á dizer que o latente aqui releva da 'imaginação': não-consciente quiçá, mas não inconsciente no sentido do imaginário laciano.

7. O conceito de sintoma será então decisivo depois de se ter procedido a uma leitura do texto em termos de tipos, códigos, sequências: a segunda etapa será uma leitura sintomática, inspirada em Althusser <sup>(23)</sup>, ele mesmo inspirado em Freud. Mas, tendo-se o marxismo e o freudismo constituído como sistemas conceptuais específicos (para aqui, eu diria, de mais), ser-nos-á necessário voltar à *démarche* de Althusser como à de Freud, para poder assentar o sintoma de forma mais geral, que possa ser útil mesmo fora desses dois sistemas teó-

<sup>(21)</sup> Cf. S. Freud, *A Interpretação dos Sonhos*, sua obra fundadora, *Psicopatologia da Vida Quotidiana* e *O Dito Espirituoso na Sua Relação com o Inconsciente*.

<sup>(22)</sup> Op. cit., p. 505-512, trad. port. in E. Prado Coelho, *Estruturalismo — Antologia de Textos Teóricos*, Lisboa, Portugal, 1968, p. 268-275.

<sup>(23)</sup> A. Althusser, prefácio a *Lire le Capital*, I, Paris, Maspero, 1966.

ricos. Não se pode detectar um sintoma senão em função de um quadro teórico que permita decifrá-lo: é óbvio que, no caso exemplar de Freud, ele teve primeiro que tactear antes de chegar à teorização, gesto que aliás nunca terá abandonado totalmente, sempre insatisfeito com a formulação conceptual.

Digamos que, diante de um texto a analisar (nesta segunda etapa de leitura sintomática), a postura será a de um investigador que ainda não tem teoria que permita dar conta do texto em questão. Este será tomado, à maneira de Barthes em *S/Z*, como único, diferente, outro. Procurar-se-á o que o especifica, a sua estruturação, a sua escritura, se se pode dizer, mais do que um modelo estrutural qualquer que faria dele uma variante dum corpus mais vasto que relevaria de tal modelo<sup>(24)</sup>. Privilegiar-se-á o(s) código(s) sequencial(ais) em relação aos paramétricos: será sobretudo nele que se tentará detectar (claro que em articulação com os códigos paramétricos) uma lógica mais ou menos determinada, em relação com um código enclausurante.

Eu diria, à maneira de um postulado metodológico que a experiência me forneceu, que em qualquer texto será sempre possível — talvez não sempre fácil — detectar lugares textuais em que se joga uma (ou mais?) outra lógica contraditória com a lógica dominante, manifesta: tais lugares textuais serão assim sintoma de uma outra lógica, latente, que *também* joga na organização textual do sentido. Dupla lógica, dupla cena: elas não devem ser impostas ao texto, é este que no-las deve impor a nós. Como se o texto *soubesse* tanto o que diz (manifesto) como o que esconde (latente), enquanto nós começamos por o não saber: é um dos momentos em que esta metodologia não pode evitar permanecer imprecisa, sendo a astúcia e a experiência semiótica do analista que terá que construir a teoria do texto. O que assim se perde, ao nível de precisão metodológica, ganha-se, por outro lado, em criatividade, em capacidade de se ser surpreendido pela própria análise, em sentimento (modesto) de alteridade teórica, em estímulo pessoal da própria investigação.

8. Com estas duas etapas (semiótica benveniste-barthesiana e leitura sintomática freudo-althusseriana), o momento propriamente semiótico da análise, em que a imanência textual joga a fundo, fica concluído. Um segundo momento se abre então, aquele em que se tentará relacionar a leitura produzida com o sistema de práticas sociais que o suporta, de que o texto

(24) Como procedeu Greimas, prosseguindo Propp.



é um dos discursos. Reenvio aqui a dois textos já citados, o de J. Kristeva e o de J.-J. Goux.

Poder-se-á caracterizar qualquer sistema de práticas sociais como um *processo excessivo*, que tende de si mesmo a rebentar e que não se aguenta sem o concurso de um *aparelho unificador*. O sistema será portanto sempre contraditório, relevando de duas lógicas, a do próprio processo (por exemplo, o das forças produtivas marxistas ou o das pulsões eróticas em Freud) e a do aparelho (relações de produção, Estado, etc., no primeiro exemplo, o aparelho familiar, com a sua censura simbólica paterna, no segundo) <sup>(25)</sup>.

A hipótese de trabalho será então a de que qualquer sistema de práticas sociais, sendo constitutivamente contraditório, não pode funcionar senão usando um discurso em que a contradição se diga e se esconda, tanto em relação aos produtores do discurso como aos seus destinatários (pois que uma ideologia não funciona eficazmente senão quando os seus portadores também se enredam nela, contra a facilidade maniqueia dos que crêem o poder 'mentiroso' explicitamente).

Esta hipótese precisa-se por uma outra: será sempre ao nível dos códigos da língua, bem históricos, que se encontrará o meio pelo qual o sistema censura, esconde a sua contradição. Terá assim que haver, entre os códigos paramétricos, um — dominante — que assegurará esta função de clausura textual (código religioso, racionalista ou outro) e que estará em relação com a instância unificadora do aparelho, transcendente, com o lugar do que Marx chamou o equivalente geral <sup>(26)</sup>. Este código articular-se-á com outros, funcionando por intermédio de dicotomias de 'juízos de valor' (tipo bem/mal, sagrado/profano, verdadeiro/falso, sensato/insensato, etc.). Será nos lugares textuais em que estes códigos funcionam que os sintomas serão eventualmente detectados, à custa de enunciados do tipo 'é necessário que', 'deve-se' ou equivalentes, como intervenções do discursivo ('penso que', 'creio', etc.). O que implica, em resumo, que os códigos paramétricos são sempre já, na formação social em questão, códigos ideológicos da sua língua em relação ao sistema de práticas de que se trata.

Eis o que me parece ser o núcleo mais consistente do conceito de ideologia: este não funciona predominantemente segundo a dicotomia ciência/ideologia, como pretende Althusser, mas refere-se fundamentalmente à relação entre um texto

<sup>(25)</sup> Cf. a minha teorização do conceito de aparelho, in *op. cit.* na nota (2), p. 29-35.

<sup>(26)</sup> Cf. o texto citado de J. J. Goux.



e o sistema que o suporta, não vendo eu nenhuma razão para que os textos científicos escapem a uma relação desse gênero. Qualquer texto é social-histórico, isto significa que se liga sempre, mais de perto ou mais de longe, a um aparelho de poder e ao processo excessivo que ele unifica e catalisa, torna produtivo, utilitário.

9. Pegando no artigo citado de J. Kristeva, pode-se distinguir dois grandes tipos de sistemas sociais de práticas: os que relevam do *modo de produção* e os que relevam do *modo de reprodução* duma dada formação social. Reenviando uma tal distinção ao conjunto dos processos duma formação social, portanto ao objecto mais geral da sociologia ou da história, não se pode aqui dar senão indicações de ordem muito genérica.

Digamos antes de mais que os sistemas de práticas sociais serão mais ou menos autónomos segundo o grau de desenvolvimento da formação social, tendo a sociedade industrial moderna desenvolvido a autonomia das suas instâncias e aparelhos de forma muito intensa.

Modo de produção (M. Prod.) e modo de reprodução (M. Rep.) distinguem-se antes de mais pela sua problemática específica. O M. Rep. responde às questões sociais que têm a ver com a corporalidade dos seus agentes e a sua estruturação como sujeitos sociais: por exemplo, nascimento e integração (iniciação, educação), luta contra a morte como 'ameaça biológica' (higiene, culinária, medicina), ritos da morte e enterro, contenção das energias sexuais para a organização do trabalho quotidiano (proibição do incesto, moral sexual), transmissão da linguagem (língua dita materna), etc. O M. Prod., por seu turno, responde às questões que têm a ver com a organização colectiva da produção e da circulação económica, com a necessidade de coesão social, face às agressões internas (direito, tribunais, polícias, regulação das contradições de classe, administração, etc.) e externas (defesa, exército, etc.) e de coesão ideológica geral (religião, humanismo, democracia, progresso, etc.).

Assim, o M. Prod., lugar da luta de classes e condicionado pela sua lógica contraditória, diz respeito à lógica global da produção e da circulação, bem como das suas condições de reprodução, em terminologia marxista (lógica do valor de troca em termos económicos e das instâncias política e ideológica como condicionante da sua reprodução), enquanto o M. Rep. diz respeito à lógica do consumo (valor de uso, corpo, libido), região que a teoria marxista 'assinala' mas não analisa. No pri-

meiro, haverá os aparelhos mais ou menos autonomizados — empresas, banca, sindicatos, partidos, igrejas, escolas e imprensa, *mass media*, administração, exército, etc. — jogando o *aparelho de Estado* um papel decisivo no conjunto; nas sociedades modernas, certos aparelhos tomaram sob a sua alçada numerosas funções outrora ‘dominadas’ pelas relações de parentesco, pelo M. Rep., como medicina, escola, etc. No entanto, onde quer que, nos próprios espaços definidos pelo M. Prod., se ponham questões da corporalidade (de saúde, libido, camaradagem, calão, etc.), ou seja, nas oficinas, casernas, escolas, hospitais, etc., encontrar-se-á como que mini-espacos do M. Rep. onde a lógica deste — a dos inconscientes dos sujeitos sociais — tem impacto específico. Assim, por exemplo, uma greve, que se joga segundo uma lógica de conflito de classes, do M. Prod., é atravessada também por mini-conflitos pessoais ou por relações pessoais de camaradagem, etc. Digamos, de maneira genérica, que Marx é o primeiro pensador do M. Prod. e que Freud o é do M. Rep., domínio em geral das relações de parentesco, hoje tomadas em conta pelo que se chama etnologia ou antropologia (mesmo nas sociedades industriais).

Dum outro ponto de vista, dir-se-á que o M. Prod. se desenvolve segundo uma dimensão vertical, criando hierarquias mais ou menos complexas (portanto com níveis de discurso variáveis, tendendo à generalidade nos cimos), o que torna complexas as análises, na medida em que as contradições se multiplicam e a sua detecção nos textos se complica na generalidade do discurso tipo governamental ou de administração elevada, por exemplo. O M. Prod. tende, portanto, a abraçar o conjunto do território da formação social, hierarquizando-se e centralizando-se. Pelo contrário, o M. Rep. é sempre horizontal, formando uma imensa rede que ocupa porções territoriais muito reduzidas (famílias, comunas, locais de trabalho, etc.), sem que os elementos de cada pequena célula social tenham incidência directa sobre as outras.

Os processos contraditórios do M. Prod. põem em jogo as relações de classe, com os seus mais ou menos numerosos aparelhos em que o do Estado joga um papel dominante e unificador, podendo o seu excesso específico — resultante dos interesses de classe diferentes — dizer-se *utópico* <sup>(27)</sup> e pondo em causa a transformação do próprio modo de produção, por forma revolucionária ou outra: o conceito de poder é aí determi-

---

<sup>(27)</sup> Cf. *op. cit.* na nota (2), p. 41-47.

nante, O M. Rep. é constituído pelo processo *pulsional* e regulado pelo *aparelho familiar*: dele dependem, além do já indicado, as questões de significação (poesia, arte, pensamento pessoal, etc.). O trabalho dum lado, o sexo do outro, serão como que os pólos de cada um dos dois modos. Tradicionalmente, as mulheres desempenhavam um papel fundamental no M. Rep., que as excluía do M. Prod., fazendo os homens-pais a articulação entre ambos.

Poder-se-á acrescentar, à maneira de parêntesis, que a crise da sociedade moderna em termos culturais, ideológicos, morais e de identidade social, nos anos recentes, se explicará em última análise pelo facto de que as sociedades antigas se estruturavam acentuando o tecido das relações de parentesco de forma muito cerrada (donde a importância da religião e da moral sexual nessas sociedades), ao passo que hoje o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial e mega-urbano levou este a centrar-se na hierarquização vertical e concentrada em torno do Estado gigantesco, aparecendo o tecido do parentesco muito mais frouxo. Duas consequências: por um lado, o modelo revolucionário clássico do século XX, tipo leninista (tomada do poder de Estado e consequente transformação das relações de produção) parece caduco para as sociedades suficientemente avançadas no capitalismo (cf. Chile e Portugal); por outro, manifestaram-se grandes buracos no parentesco (crises das igrejas, das morais, do casamento), por onde movimentos sociais de tipo novo se manifestam: libertação sexual (contracepção e aborto), feminismo, ecologia, consumidores organizados, antipsiquiatrias, movimentos prisionais, carismáticos, religiosos, festivais musicais, etc., até às drogas porventura, que têm todos em comum uma relação directa com a lógica de consumo, o prazer, o valor de uso, a corporalidade, a busca de novas identidades sociais.

Quanto à linguagem, pode postular-se como referência geral que a linguagem quotidiana (discursos, pequenas narrativas, conversa) e a linguagem estética (poesia, literatura) relevam fundamentalmente do M. Rep. e que as grandes narrativas mitologizadas (sagradas, histórico-nacionais) e os textos gnoseológicos relevam do M. Prod.

10. *Voltemos à análise dos textos*, após esta digressão indicativa sobre os sistemas de práticas sociais.

Será o próprio texto quem nos indicará de que sistema de práticas sociais releva — mesmo quando vários sistemas incidem no texto, um será sempre dominante —, embora se deva acrescentar que se põe de imediato um primeiro problema de método em que texto e sistema de práticas intervêm

circularmente: trata-se da *escolha do corpus* a analisar. Numa investigação em ciências sociais, creio que raramente se porá a situação de se partir de um texto escolhido por si próprio: como regra, o investigador tem um domínio que escolheu, onde forma um corpus relativamente vasto de textos, e a sua primeira questão será a de decidir qual o texto que vai analisar preferentemente, decisão importante na perspectiva que aqui se propõe, na medida em esta só é interessante se a análise tender à exaustividade, o que pedirá um grande investimento de energias intelectuais; importa, portanto, acertar com o texto mais rentável para a investigação em curso. Escolher-se-á um tanto pelo cheiro, com critérios empíricos: uma narrativa é mais fácil de analisar e misturará eventualmente códigos mais diversos, o que a torna mais rica do que um discurso, ainda por cima este mais difícil; um texto mais denso, mais antigo, com questões mais irritantes ou mais apaixonantes à leitura intuitiva, com questões mais ligadas à investigação e seu objetivo, eis alguns desses critérios empíricos.

Tratar-se-á em seguida de o cortar ('découper') bem do seu envolvimento textual (pode ser um capítulo dum texto longo, por exemplo), pois importa fortemente que ele tenha um início e um fim bem marcados (os índices deste corte serão dados na alínea b) do parágrafo seguinte).

#### 11. *Principais operações da análise textual:*

a) Detectar os três tipos: narrativo, discursivo, gnoseológico, segundo as características de cada um apontadas acima.

Duas hipóteses principais podem aparecer: que dois ou três tipos alternem, dando lugar a sequências diferentes (neste caso, está aí um excelente critério de corte das sequências, mas será necessário no fim da análise poder justificar-se esta alternância tipológica) ou então que um dos três tipos seja claramente dominante, com incisos mais ou menos curtos de um ou outro dos outros tipos (neste caso, será também necessário explicar, no final, qual a função de tais incisos).

b) Corte em sequências: excepto no caso de textos fragmentados — colecção de provérbios ou de aforismos, por exemplo, extremamente difícil de analisar —, a ordem de sucessão do texto é capital: ele forma uma grande sequência, com princípio e fim bem marcados, que é decomponível numa série maior ou menor de outras sequências, por sua vez susceptíveis de se agruparem entre elas, formando sequências intermédias. Qualquer texto dá o critério do seu corte: marcas de enunciação tipo 'em seguida', 'depois' ou índices cronológicos e/ou topográficos (caso de uma narrativa, em que as sequências se

dão num lugar, num dia ou hora); oposições de verbos nucleares (entrar/sair, cumprimentar/despedir-se, pergunta/resposta, etc.); constelação de actores decisivos (sendo a intervenção de um novo actor ou a sua saída um critério de alteração de sequência, nos narrativos, mas nos gnoseológicos, analogamente, os 'conceitos' podem ser tomados como 'actores').

c) Código sequencial: consiste na série de actores e verbos nucleares da sequência (sujeitos e verbos dos enunciados principais, em textos mais recentes nem sempre postos de forma gramatical tão clara como se desejaria, o que complica a análise). A sequência pode ser dada por uma série deste género. A1 V1 A2 + A1 V3 A2 + A2 V4 A1 + ..., em que A1 e A2 são actores e V1, V2, etc., verbos nucleares. Uma tal série dá-nos a estrutura narrativa decisiva da sequência, onde a sua problemática pode ser lida. O conjunto destas séries, para as várias sequências do texto, dá-nos a sua problemática geral. Pode também haver outros códigos sub-sequenciais, como se disse no parágrafo 3 <sup>(28)</sup>.

d) Códigos paramétricos: terão que ser detectados ao longo do texto, pacientemente; variarão conforme o tipo de texto, de forma que não é possível dar indicações muito concretas (numa narrativa, poderá haver um cronológico, um topográfico, um social, um cultural — citações — um mitológico, um de 'valores', etc. <sup>(29)</sup>; num texto gnoseológico-filosófico, um código epistemológico, um antropológico, um ontológico, um das 'faculdades' <sup>(30)</sup>; poderá haver uma metafórica que corre em filigrana todo o texto, etc., etc., etc.). Eles podem ser fechados (bem/mal, verdade/falso, céu/terra/mar, <sup>(31)</sup>), ou abertos (a geografia da região numa narrativa, de que esta não retém senão alguns elementos, por exemplo). Em princípio, estes códigos são susceptíveis de ser restituídos em tábuas paradigmáticas.

Pode dar-se o caso, nomeadamente em textos históricos, estrangeiros ao investigador, de certos códigos não poderem ser restituídos sem apelo a outros textos coetâneos ou à litera-

<sup>(28)</sup> Por exemplo, os códigos analítico e estratégico em Marcos.

<sup>(29)</sup> Embora a formulação de Barthes em S/Z difira da minha, os seus códigos sémico e de referência (p. 24-25) dão exemplos numerosos.

<sup>(30)</sup> Cf. um exercício de semiótica filosófica sobre o quarto capítulo de *O Discurso do Método* de Descartes, em apêndice ao livro anunciado na nota (1).

<sup>(31)</sup> Ver o código mitológico bíblico, in *op. cit.* na nota (2), p. 113.

tura científica e informativa sobre a formação social a que o texto pertence; mas tratar-se-á sempre dum recurso — o princípio é que os códigos devem poder ser estabelecidos, tanto quanto possível, a partir do próprio texto. Enfim, um destes códigos (tipo mitológico) será o enclausurante, articulando-se com os códigos dos juízos de valor, das normas morais.

e) Primeira e última sequência: têm uma grande importância, pois são decisivas para estabelecer a problemática do texto, com a sua carência inicial, para a narrativa<sup>(32)</sup>, ou a sua 'questão', para o gnoseológico, e a respectiva resolução; por vezes, a primeira sequência dá o *programa* do texto<sup>(33)</sup> e o código enclausurante manifesta-se nela claramente. A problemática será dada pela constelação dos actores na primeira sequência e a sua resolução pela constelação final, sendo o *trabalho* do texto o de operar a transformação da primeira na última

f) Nível narrador/leitores: nas narrativas e nos textos gnoseológicos, serão as marcas de enunciação ('eu', 'nós') nos núcleos sequenciais: deve-se poder explicar cada inciso discursivo e encontrar-se-á neles chaves decisivas para a leitura do texto e sua função. Por exemplo, quando num texto gnoseológico em que aparecem argumentos sobre conceitos, intervém inopinadamente um 'penso que', ou uma insistência de vários 'eu', é presumível que a argumentação derrapou e algo da lógica latente se diga em tal intervenção do discursivo. Sendo raro que os leitores sejam citados explicitamente, tais casos deverão ser analisados com todo o cuidado e são, em geral, preciosos para se perceber a função (manifesta e/ou latente) do texto.

Quanto aos discursos, estas marcas permitem um jogo entre 'eu', 'nós' e 'vós' (ou 'tu') que intervirá com os códigos de valor, trazendo o 'bem', a 'verdade', 'deus', etc., do lado do 'eu, nós' do narrador e leitores, deixando o 'mal', o 'erro', etc., do lado dos 'eles' excluídos da enunciação. Por exemplo, num discurso político, os adversários serão sempre em 'eles', estando 'eu', 'nós', 'vós' do bom lado da causa. Mas o 'nós' pode ter instâncias diversas: o narrador mais os dirigentes em nome de quem fala, estes mais os auditores do discurso, todos os 'bons eleitores', todos os cidadãos, todos os homens em geral, enfim. O jogo de um tal discurso, por vezes complexo, consistirá em

<sup>(32)</sup> Cf. V. Propp, *La morphologie du conte*, Paris, Seuil, 1970 (trad. port.).

<sup>(33)</sup> Cf. *op. cit.* em (2), p. 144-145.



introduzir juízos de valor entre círculos de agentes ou sujeitos sociais.

g) *Leitura minuciosa das sequências*: as operações que se acaba de indicar são susceptíveis, com um pouco de experiência, de ser conduzidas de maneira que diversos analistas cheguem facilmente a acordo sobre elas e a resultados relativamente semelhantes, nomeadamente para os textos narrativos e os gnoseológicos fortemente estruturados, bem trabalhados (é frequentemente difícil 'ler' textos de estudantes fracos, porque são muito vagos estruturalmente). Pelo contrário, a leitura minuciosa das sequências depende bastante da astúcia do investigador e os resultados podem variar mais, sobretudo quando os textos são plurais, no sentido de S/Z.

Obviamente que o texto gnoseológico, jogando com as definições e as regras da ciência ou disciplina em questão, dará em grande parte a chave da sua própria lógica: só conhecendo suficientemente tal disciplina se poderá encontrar resultados interessantes, ligados ao despistar de metáforas menos evidentes, por exemplo. No limite, os textos de tipo matemático dão-se uma semiótica técnica rigorosa, cujas falhas só serão detectadas por um inventor da disciplina, quando propõe um novo quadro teórico.

Também se pode pensar que os textos correntes, mais próximos da banalidade, obedeçam a modelos estruturais inscritos já na semântica ideológica da língua da formação social, o que os torna susceptíveis de serem abordados por uma semiótica de tipo greimassiano. Pelo contrário, tratando-se de textos que inovam, mais plurais, será a unicidade do texto, a sua estruturação específica, que exigirá uma análise mais fina e adequada, como aqui se está propondo, na esteira de Barthes.

Uma tal leitura minuciosa das sequências procura obter a lógica manifesta do texto, segundo as diversas articulações do código sequencial com os códigos paramétricos e o papel do código enclausurante e do nível narrador/leitores. Ela poderá ser apresentada sob a forma de um 'comentário' acompanhando o texto passo a passo, conforme a minha leitura de Marcos, por exemplo, podendo as operações anteriores ser apresentadas antes do comentário e a operação h) ser dada em seguida, sob a forma de retomada do texto em conjunto.

h) *Lógica e contradição*: a lógica manifesta dependerá essencialmente do código sequencial, dos seus núcleos. Mas o texto manifestará algures sintomas (em número muito variável) de uma — ou mais — lógica(s) contraditória(s) com a dominante; pelo menos, tendo analisado assim mais de uma centena de textos, embora muitas vezes a correr, creio ter encon-

trado sempre sintomas desses, mas sempre de formas muito variadas, consoante os textos, claro. Indicações que se podem dar para buscar sintomas: onde há incisos de outros tipos que não o dominante, nomeadamente do nível narrador/leitores, onde funciona o código enclausurante ou os códigos de valor, onde há insistências de metáforas ou de códigos nitidamente estranhos aos do gnoseológico.

Após esta análise textual, em que a imanência do texto é timbre de rigor epistemológico, pode-se passar à análise de tipo mais sociológico ou ideológico.

## 12. *Análise ideológica:*

a) *Démarche* empírica prévia: trata-se agora da análise da relação do texto com o sistema de práticas sociais de que depende, como um dos seus discursos. Se este sistema não for conhecido já pela própria constituição do corpus da investigação, haverá que ter um tempo de caracterização empírica dele, sendo justamente fto da investigação permitir conhecê-lo, através da análise do texto, de forma suficientemente rigorosa ou, se se quiser, de tal maneira que uma tal análise permita conhecer do sistema coisas que de outro modo não seriam abordáveis (nos antípodas, assim, das análises de conteúdo que frequentemente mais não fazem que confirmar estatisticamente o que já se presumia do sistema).

Será necessário precisar primeiro qual é o *círculo de leitura* do texto, respondendo empiricamente a questões deste género: quem o faz circular, que aparelho ou instituição? Por exemplo, a Escola, as Igrejas, os Partidos de ideologia marxista, têm uma relação privilegiada com os seus textos fundadores, em torno dos quais estabeleceram uma ortodoxia interpretativa sem a qual não poderiam funcionar. Quem tem interesse em que o texto seja lido (interesse económico, ideológico, ou ambos, podendo não se tratar dos mesmos, por exemplo, qualquer das instituições acima indicadas, por um lado, e casas editoras, por outro)? Qual é a clientela desse círculo? Essa clientela de *leitores*, determina-se enquanto praticantes de práticas sociais precisas (profissionais, militância, consumo de certos tipo de produtos, económicos ou culturais)? Trata-se de camadas sociais determinadas (intelectuais, e quais, estudantes, mulheres, certas camadas de pequena burguesia identificáveis)? Clientela de jornais, revistas, colecção de editora, susceptível de ser detectada? Qualquer sujeito social (discurso governamental genérico)? O *autor* é individual, colectivo, anónimo? Qual a sua relação com o aparelho que faz circular o texto? Trata-se de um profissional do aparelho? (Se tanto o

autor como os leitores são profissionais do aparelho, está-se diante do caso mais simples de relação texto/sistema de práticas). Tem uma certa autonomia em relação ao aparelho, tipo 'escritor'? Se se trata de um texto histórico, antigo, estranho à sua circulação actual, é necessária uma investigação de ordem histórica, pois que a leitura do texto definir-se-á primeiramente pelo circuito de leitura do original, na medida em que ele pode ser restituído (era o caso do Evangelho de Marcos). E pode-se dizer que toda a história das diversas interpretações do texto, através de diferentes sociedades, faria parte da análise, se houvesse tempo e meios para tal. Só então se viria à questão de saber quem faz hoje circular o texto e porquê (Igrejas, Escola, editores).

Uma tal *démarche* prévia permitirá hipóteses de trabalho a submeter à análise textual já efectuada (as quais é importante que *não* tenham intervido nela!).

b) Núcleos sequenciais e práticas sociais: os verbos nucleares das sequências terão uma relação com a prática dos leitores, de forma porventura genérica em relação às narrativas, 'práticas de conhecimento', se se pode dizer, para os textos gnoseológicos. Também se poderá concluir se essas práticas relevam do modo de produção (trabalho organizado, organização social) ou do de reprodução, ou de ambos (político e ideológico num sentido muito geral).

c) Código enclausurante e códigos de valor: permitirão detectar o equivalente geral do aparelho ou instituição que faz circular o texto: de forma genérica, o papel deste terá que ver com a 'normalização' ou reprodução das práticas dos leitores. Pode no entanto suceder, como era o caso de Marcos, que o texto opere uma subversão parcial, mais ou menos nítida, desse equivalente geral e da cena de que ele regula a circulação.

d) Contradição e sintomas: aqui se joga a questão decisiva. Que *processo excessivo* pulsiona o texto, que censura ou regulação dele? Que *luta de sentidos entre potência* (do processo excessivo) e *poder* (do aparelho)? Por que mecanismos textuais? Duas hipóteses amplas se poderão pôr: a lógica dominante do texto releva do processo excessivo, da potência, ou ela releva do aparelho que unifica, do poder.

No segundo caso, obviamente o mais corrente nos textos que circulam em qualquer tipo de sociedade, tratar-se-á de textos reproduzindo a ideologia do aparelho em questão, o seu equivalente geral, o seu código enclausurante, os seus juízos de valor, as suas normas. Os sintomas reenviarão ao processo excessivo (utópico ou pulsional) como censurado ideologicamente, reserva de energia à maneira da sublimação freudiana

que faz o sistema funcionar como seu motor (sendo o motor contraditório, como na metafórica marxista). A função do texto, mediante a especificidade da sua sequencialidade textual, será a de assegurar a identificação dos leitores com os 'actores' (narrativos ou abstractos, 'eu', 'nós'), a de reforçar a sua identidade social como sujeitos pela reprodução dos códigos semântico-ideológicos no discurso dos próprios leitores, e, portanto, nas suas práticas. Digamos, no entanto, que concluir apenas isto, seria trivial: o interessante será verificar os matices, as subtilezas, com que tal se faz para tal ou tal aparelho, em tal ou tal época de transformação social, consoante o tipo de leitores e respectivos imaginários, etc. Se se produzem textos destes em tão grande quantidade e diversidade, certamente é porque eles correspondem a muitas diversidades sociais e esta espécie de micro-sociologia será a interessante (o marxismo corrente, por exemplo, tem tendência a nivelá-la grosseiramente, lendo em todo o lado classes dominantes e classes dominadas ou seja, gente *a priori* parva).

No primeiro caso, sem dúvida o mais interessante, tratar-se-á dum processo cuja eficácia é a de uma maior ou menor subversividade, mais ou menos local ou regional (ou dum período de transformação social), de um ou mais aparelhos: emergência de um movimento social, de uma utopia que terá um futuro mais ou menos difícil, triunfante ou votado a desaparecer. Porque os aparelhos não ficam batidos sem mais: como sucede com Marcos, se bem o li, os sintomas são obra duma lógica ideológica (teológica, no caso) que travará o que de excessivo o narrativo conta do movimento social, o reestruturará segundo um novo tipo de aparelho que se desenvolve lentamente à medida que o movimento social se desenvolve (será também o caso da emergência dos movimentos marxistas, quando estes se estruturam como formas de poder). Só que se manterá uma certa carga subversiva (que obrigará a reforçar as ortodoxias) susceptível de voltar a ser despoletada.

### 13. *Conclusão*

Recapitulemos o interesse e os limites desta metodologia. Ela só é aplicável para textos relativamente curtos, conforme o tempo de que se disponha, pois pede um investimento de energia intelectual considerável. Mas a minha experiência diz-me que se ganham hábitos de leitura preciosos, nomeadamente de atenção ao sintomático, que são úteis mesmo quando se lê um livro grande: nunca mais se faz isso inocentemente.

Outro limite importante é que esta metodologia não dá senão uma maneira de entrar no texto semioticamente, com as suas operações de detecção de tipos, de corte e de descodificação. Não permite construir a lógica do texto e a sua sintomatologia: esta operação, teoricamente decisiva, não me parece ensinável (e já a tentei ensinar durante algum tempo). Pode-se dizer que as primeiras operações podem ser aprendidas, como se aprende a raciocinar em matemáticas ou se aprende línguas ou qualquer ciência bem assente, mas que a teorização releva do que se pode chamar 'pensar'. A razão ensina-se, com maior ou menor dificuldade, não o pensamento. Haverá, portanto, que frequentar leituras já feitas, mesmo com outras metodologias. Os melhores exemplos serão os de Freud, de Barthes, de Althusser; se me é permitido, a minha leitura de Marcos (mas num domínio especializado que para muitos será estranho) recobre *grosso modo* o que aqui proponho.

Se se me concede um certo interesse semiótico, pôr-se-á em seguida a questão de saber qual o interesse para o investigador em ciências sociais. Observe-se, antes de mais, que a *démarche* proposta no parágrafo 12, após o momento semiótico, não comporta operações no sentido mais preciso da palavra. Ela depende de uma hipótese relativamente geral sobre processos sociais como excessivos e regulados por um aparelho unificador, discutível sem dúvida e que eu talvez não possa fundamentar de mais, não sendo praticante de ciências sociais. A distinção entre modo de produção e modo de reprodução, que me parece luminosa, permanece indicativa, empírica, tendo cada sociedade a sua maneira de os articular e podendo até dar-se o caso de ela não ter alcance real em sociedades sem Estado. Mas onde ela for operatória, haverá que construir, para cada processo autónomo, a sua lógica e a sua articulação com outros processos. A minha ideia é que a metodologia aqui apresentada possa revelar-se útil para uma tal tarefa.

Com efeito, o que o momento semiótico me parece oferecer ao sociólogo ou ao historiador, ao investigador em ciências sociais, é o *material de linguagem* susceptível de ser utilizado em seguida na investigação sociológica ou outra: a saber, os códigos produzidos historicamente pela língua da sociedade em questão. Eu seria mesmo tentado a dizer que a detecção destes códigos e das maneiras concretas de eles se articularem nas lógicas contraditórias dos textos de cada sociedade constitui a tarefa decisiva daquilo a que hoje se chama uma *sociologia da linguagem*. Tais códigos e suas articulações concretas fazem parte intrínseca dos fenómenos sociais, está-se longe assim das linguísticas e semióticas estruturalistas que põem o postulado

da imanência da língua e não chegam nunca a ligá-la à sociedade que a fala, não chegam nunca a uma semântica digna desse nome, a qual não me parece poder prescindir do conceito benvenistiano de predicação, em que a linguagem, mais do que referir, produz realidade social operante, sendo os seus códigos de processos sociais determinados, históricos no sentido forte do termo. Se se quiser, uma semântica, inexistente em linguística hoje em dia, não será possível senão numa sociologia da linguagem como a que aqui aponto <sup>(34)</sup>.

Que poderá então fazer o sociólogo com as leituras que terá operado? A meu ver, dois tipos de coisas, consoante o seu corpus releve de textos reprodutivos ou de textos subversivos. No primeiro caso, é talvez possível, a partir dum corpus escolhido judiciosamente (de textos relevando dum mesmo tipo de processos sociais), teorizar uma tipologia dos códigos e das suas relações com as diversas instâncias do processo e do seu aparelho, teorização que se poderá em seguida, a pouco e pouco, alargar a processos sociais próximos da mesma formação social, depois a outros mais afastados, e assim de seguida. Ou seja, sociologia da linguagem emparceirando com uma sociologia de movimentos sociais e seus aparelhos integradores, sem cair no isolamento destes, à maneira dos funcionalismos.

Mas palpita-me que esta metodologia poderá ser sobretudo fecunda para os textos de tipo subversivo, onde se encontra mais nitidamente o interesse de Barthes em *S/Z* pela unicidade do texto, pela sua alteridade, pela sua estruturação específica, uma vez que se trata de textos que, para serem produzidos, pediram mais energia criadora, mais luta e inovação de linguagem, mais ruptura, mais excesso em suma. Eles relevam de movimentos sociais que trazem consigo o que alguns chamam 'possíveis novos', transformações sociais, emergências do que, alguns anos mais tarde, se poderá impor socialmente. Válido assim para os momentos efervescentes da história, onde as linguagens se transformaram aceleradamente, válido também para uma sociologia voltada para o futuro do nosso hoje. Se se atenta na diferença entre os movimentos sociais clássicos do século XIX, formando grandes partidos e sindicatos, fortemente estruturados e integrados socialmente, e os movimentos novos que acima citei (final do parágrafo 9), feminismo, ecologia e os actuais pacifistas por exemplo, poder-se-á observar que

(34) Cf. M. Pêcheux e outros, «La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours», in *Langages*, n.º 24, Larousse, déc. 1971.



estes funcionam de forma muito mais efêmera, conseguindo por vezes grandes manifestações de massa mas nunca formando aparelhos importantes do ponto de vista organizativo (e sem impacto eleitoral significativo), desaparecendo amanhã para reaparecer depois de amanhã noutro lado e com outras formas, consistindo a sua eficácia utópica na imposição de novos códigos de linguagem ou na reformulação dos estabelecidos, o que vem a ter uma eficácia local muito grande. Assim, os ecologistas impuseram o termo poluição no paradigma duma tecnologia tida beatamente sem discussão, por progressiva, obrigam empresas e governos a ter em conta o ambiente, impulsionam populações locais a baterem-se contra tal fábrica ou tal central nuclear. Da mesma maneira, nos países industrializados, o feminismo, impondo uma rectificação do código homem/mulher, permitiu a muitas mulheres, em locais de trabalho ou em grupos de pressão, conseguir modificações de regulamentos, de leis, de comportamentos, etc., com uma eficácia desproporcionada aos meios organizacionais de que os movimentos feministas dispõem. Eu diria que o que especifica este tipo novo de movimentos sociais é a sua pontaria a fenómenos de linguagem correspondentes a malhas que o sistema social abre.

Uma sociologia atenta assim à linguagem, aos textos destes novos movimentos, poderá ser fecunda na medida em que, descobrindo nos textos emergentes os sintomas de uma outra lógica que não a manifesta subversiva, poderá prever nesses mesmos sintomas os limites do próprio movimento, os lugares em que ele pode parcialmente malogar-se, ser recuperado. Não se trata de 'prever' o futuro, mas de poder a tempo intervir nele de forma a ultrapassar tais limites. Pois que é da vitória em profundidade de todos estes movimentos sociais novos, frequentemente efêmeros apesar da sua grande potência em certas ocasiões propícias, muitas vezes contraditórios entre eles, é deste vasto assalto disseminado às fortalezas do sistema industrial-burocrático poluidor e desumanizante e da *mise en question* da sua linguagem unidimensional, como dizia Marcuse, é dele apenas que me parece possível esperar um mundo que seja bom para viver. Não é esta a esperança profunda que deve animar as ciências sociais?

## RESUMO

Diagnosticada uma situação actual, em que o sociólogo ou o historiador se encontram cada vez mais na necessidade de recorrer a instrumentos de análise linguística e/ou semiótica sem os encontrar suficientemente elaborados metodologicamente nem epistemologicamente articulados com o campo da sua própria prática teórica, trata-se de propor uma metodologia, semiótica num primeiro tempo, sociológica num segundo, que permita ao praticante de ciências sociais poder analisar um texto concreto do seu 'corpus' de investigação e articular o resultado dessa leitura com os sistemas de práticas sociais de que tal texto é produto. Assim se indica uma orientação possível para assentar uma sociologia da linguagem. A bibliografia citada em notas dá suficiente indicação do campo epistemológico em que tal metodologia opera, sendo a leitura do evangelho de Marcos pelo autor um exemplo da sua aplicação.

## RESUMÉ

## SÉMIOTIQUE ET SCIENCES SOCIALES

On part du diagnostique de la situation actuelle, où, de plus en plus, le sociologue ou l'historien se trouvent dans la nécessité de recourir à des instruments d'analyse linguistique et/ou sémiotique, sans pouvoir cependant les retrouver suffisamment élaborés méthodologiquement ni articulés épistémologiquement au champ de sa pratique théorique spécifique. Il s'agit donc de proposer une démarche, sémiotique dans un premier temps, sociologique dans un second temps, qui permettra au pratiquant en sciences sociales de pouvoir analyser un texte concret de son 'corpus' de recherche et ensuite articuler le résultat de cette lecture avec les systèmes de pratiques sociales dont ce texte est le produit. On indique ainsi une ligne possible pour asseoir une sociologie du langage. La bibliographie citée dans les notes de pied de page donne indication suffisante du champ épistémologique d'une telle démarche, la lecture de l'évangile de Marc de l'auteur étant un exemple de son application.

**ABSTRACT**

**SEMIOTICS AND SOCIAL SCIENCE**

It is increasingly the case that sociologists and historians find themselves requiring tools of linguistic and/or semiotic analysis. However, they find that these tools have yet to be satisfactorily elaborated in methodological terms, or adequately articulated epistemologically to their own field of theoretical practice. It becomes then necessary to propose a methodology, semiotic on the one hand, sociological on the other, which allows the social scientist both to analyse a concrete text from his 'corpus' of investigation and to articulate the results of this reading with the systems of social practices of which the text is a product. Thus a possible orientation is indicated towards the establishment of a sociology of language. The bibliography referred to in the notes gives sufficient indication of the epistemological field in which such a methodology operates, the reading of St. Mark's Gospel by the author being an example of its application.